

**VISITAS A JOÃO
PAULO BORGES
COELHO**

**LEITURAS, DIÁLOGOS
E FUTUROS**

Sheila Khan

Sandra Sousa

Leonor Simas-Almeida

Isabel A. Ferreira Gould

Nazir Ahmed Gan

(ORGANIZAÇÃO)



ÍNDICE

Biblioteca Nacional de Portugal
- Catalogação na Publicação

VISITAS A JOÃO PAULO BORGES COELHO

Visitas a João Paulo Borges Coelho : leituras, diálogos e
futuros / org. Sheila Khan... [et al.]. - 1.ª ed. - (Extra-coleção)

ISBN 978-989-689-663-8

l - KHAN, Sheila, 1972-

CDU 821.134.3(679)Coelho, João Paulo Borges.09(042)

Título: *Visitas a João Paulo Borges Coelho.*
Leituras, diálogos e futuros

Organização: Sheila Khan, Sandra Sousa, Leonor Simas-Almeida,
Isabel A. Ferreira Gould e Nazir Ahmed Can

Edição: Edições Colibri

Capa: Raquel Ferreira, sobre figuras de João Paulo Borges Coelho

Depósito legal n.º 424 715/17

Lisboa, Julho de 2017

A decisão de seguir a grafia antiga ou a norma decorrente do último acor-
do ortográfico foi deixada ao critério dos autores dos ensaios.

Os textos aqui publicados são da inteira responsabilidade dos seus autores.

Uma apresentação	7
<i>Leonor Simas-Almeida</i>	
Agradecimentos	11
Crónica de outras visitas: a recepção crítica da obra literária de João Paulo Borges Coelho	13
<i>Nazir Ahmed Can</i>	
Entre ética e estética: as <i>pontes</i> de João Paulo Borges Coelho	53
<i>Nazir Ahmed Can</i>	
Fraturas e tensões: o repensar crítico da nação moçambicana. História, mito e ficção em <i>As Duas Sombras do Rio</i>	75
<i>Carmen Lucia Tindó Secco</i>	
Líquidas fronteiras – Representações dos Rios em <i>As Duas Sombras do Rio e Campo de Trânsito</i>	89
<i>Ana Margarida Fonseca</i>	
Opacidades da história e transparências da ficção. O Moçambique de <i>As Visitas do Dr. Valdez</i> e de <i>Crónica da Rua 513.2</i>	105
<i>Leonor Simas-Almeida</i>	
Espaços liminares em <i>As Visitas do Dr. Valdez</i> e <i>O Retorno</i>	117
<i>Ana Ilievska</i>	
Outras cenografias: as ilhas como lugar de negociação identitária na literatura moçambicana	131
<i>Ana Mafalda Leite</i>	

- Rosa, João Guimarães (1994), *Ficção completa*, v. II, Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- Santos, Boaventura de Sousa (1991), *Pela Mão de Alice*, 2.ª ed., São Paulo, Cortez.
- (2009), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina.
- Via Atlântica (1999, 2002, 2010), *Revista da Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo* (3, 5, 16).

LÍQUIDAS FRONTEIRAS
 – REPRESENTAÇÕES DOS RIOS
 EM AS DUAS SOMBRAS DO RIO
 E CAMPO DE TRÂNSITO

Ana Margarida Fonseca

Centro de Estudos Comparatistas (FLUL) /
 Unidade para o Desenvolvimento do Interior (IPG)

A obra narrativa de João Paulo Borges Coelho constitui, na actualidade, uma referência obrigatória no panorama da literatura moçambicana, trazendo para o universo das literaturas africanas em português uma voz profundamente original, sem enjeitar, ainda assim, o diálogo com textos e autores daquilo que designaríamos, numa primeira aproximação, como o contexto do pós-colonialismo em língua portuguesa. Na verdade, o escritor tem procurado representar uma realidade que, encontrando-se profundamente ancorada na história recente moçambicana (com incursões pontuais a períodos mais remotos), não deixa de demandar uma reflexão mais ampla sobre a condição humana e as grandes questões que assolam a contemporaneidade.

Historiador de profissão, João Paulo Borges Coelho estreou-se na literatura em 2003, com *As Duas Sombras do Rio*, uma narrativa de grande fôlego passada numa aldeia remota na margem do Zambeze, em plena guerra civil moçambicana. Começava assim a afirmação daquele que é hoje um dos autores mais importantes no panorama das literaturas africanas de língua portuguesa, quer pelo número de obras ficcionais entre tanto publicadas – treze, num período de dez anos – quer pela qualidade e originalidade dos seus textos.

O resgate da memória histórica moçambicana assume-se como uma das principais linhas de força deste escritor, aliada à questionação das relações entre história e ficção. Assim, ainda que o autor registre uma in-

curso aos finais do século XIX, com o aclamado romance *As Visitas do Dr. Valdez*, é sobretudo ao passado próximo que Borges Coelho recorre, incidindo de forma particular nos conflitos armados que Moçambique viveu nas últimas décadas. Aliás, enquanto historiador, é também este o tema que mais o ocupa, estabelecendo-se uma relação profícua entre ensaio historiográfico e literatura¹.

A representação da violência experienciada pelos moçambicanos revela-se, pois, incontornável na reflexão que o autor procura fazer a respeito das identidades – outro vector fundamental, não separado do primeiro, na ficção de João Paulo Borges Coelho. Na verdade, interessa ao escritor pensar as identidades numa perspectiva plural, não dicotómica, englobando os distintos tempos históricos de que são feitos sujeitos e comunidades. Para isso, considera ele, não se pode excluir a profunda marca dos conflitos que afectaram o povo moçambicano, como não se pode ignorar o *continuum* histórico que, começando no período colonial e passando pelos processos de afirmação da independência, conduzem Moçambique até à contemporaneidade, num presente marcado pela perda da memória histórica, pelo desconhecimento dos mais novos relativamente a tradições e legados, e por um desinteresse generalizado relativamente à cultura.

Afirma Borges Coelho que não acredita em “unicidades identitárias”, uma vez que “a identidade é um processo aberto. A noção da identidade como um todo fechado (monopolar ou bipolar), qualquer que ele seja, é pré-moderna, transforma-nos em vítimas de um destino, retira-nos a condição de agentes” (Borges Coelho, 2010). Esta afirmação reveste-se de particular importância no contexto pós-colonial em que inserimos o presente ensaio, e de forma particular no espaço moçambicano, tendo em conta a “tentação essencialista” a que os processos nacionalistas, primeiro, e neoliberais, mais recentemente, dão corpo. Assim, o escritor moçambicano (e com ele o historiador) tem manifestado por diversas vezes, em entrevistas e intervenções públicas, a importância de “readquirir um sentido de destino novo, mas que seja consensual e não resulte da imposição de uma visão monolítica”, uma vez que é essencial gerar “espaços de visão

¹ “As guerras estão presentes no que escrevo, em primeiro lugar, porque elas estiveram terrivelmente presentes na nossa história recente. Mais de metade dos últimos 45 anos foram vividos em guerra, praticamente nenhuma família moçambicana escapou aos seus efeitos directos ou indirectos. Milhares de mortos, milhões de deslocados e refugiados. Além disso, pesquisando profissionalmente a história recente, tenho trabalhado sobre esses conflitos.” (Borges Coelho, 2010).

crítica alternativa que instalem equilíbrios e contrariem um certo deserto que as visões únicas normalmente criam” (Borges Coelho, 2010). Trata-se, bem entendido, de um posicionamento simultaneamente ético e estético, que cruza um certo modo de intervir na sociedade com uma leitura do real, que depois se virá a converter em texto – seja ele historiográfico ou literário.

Nesta afirmação da pluralidade identitária está implicada, desde logo, a própria condição do escritor, embora em termos distintos daqueles que, convencionalmente, se atribuem aos escritores africanos com ascendência europeia. João Paulo Borges Coelho não se revê na condição de filho de colono, nem atribui especial relevância ao facto de ter nascido no Porto – nas suas palavras, normais são os cruzamentos, não a resistência a esses cruzamentos:

a minha nacionalidade resulta muito mais de uma condição que de uma opção [...]. Tenho família há muitas gerações nos dois países e, dessa condição, me vieram fios cruzados daquilo que se pode designar de sentido de pertença física à terra e uma substância cultural da qual decorre uma visão do mundo. Foi em Moçambique que tive consciência de pertencer fisicamente a uma terra, enquanto uma parte importante e não renegada da minha cultura é portuguesa. Isso a que chama pluralidade é, pois, um ponto de partida, e não de chegada: não escolhi, “nasceram-me” assim. Isto não tem nada de extraordinário, uma vez que é cada vez mais comum pelo mundo todo, embora o continente africano (...) seja ainda, infelizmente, mais um espaço de partida que de chegada. (Borges Coelho, 2010)

Deste modo, importantes não são as circunstâncias que motivam a diversidade e a pluralidade – elas resultam de uma condição, como aponta o autor, e não propriamente de uma escolha voluntária –, mas o que se faz a partir daí, e nessa altura começam as opções. As de João Paulo Borges Coelho apontam claramente para uma visão do mundo mesclada, avessa a essencialismos, mas profundamente enraizada na terra moçambicana. Para o autor, que se confessa obcecado pela diversidade, o importante é dar espaço a todas as visões, pois “tem de existir um espaço integrador que não passe por um juízo de valor/poder” (Brugioni, 2010: 438).

É com este pano de fundo, aqui sucintamente apresentado, que nos propomos aprofundar as representações dos rios na ficção de Borges Coelho, particularmente na obra de estreia de 2003, *As Duas Sombras do Rio*, e em *Campo de Trânsito*, publicado em 2007. Em ambos os livros, o autor debruça-se sobre os tempos posteriores à independência, problematizan-

do as condições de construção da autonomia da nação moçambicana e as implicações identitárias emergentes de uma condição pós-colonial de complexos contornos. Nos dois romances, os espaços rurais de um Moçambique remoto, desviados dos centros de poder político e social, constituem o enquadramento para a apresentação de factos e personagens, que combinam a factualidade histórica com a leitura alegorizante do real.

A escolha do rio como motivo central da nossa reflexão é motivada pela observação de que, não só nestes romances como em outras obras de autores africanos³, é frequente a representação de rios, por um lado como um espaço físico, em torno do qual se organiza a vida da aldeia, as suas práticas e os seus rituais, e por outro lado como espaço simbólico, cristalizando diversos sentidos.

Desde a Antiguidade que o rio é visto como um símbolo da passagem da vida, tocado pela ambiguidade, pois a água que salva é também a água que mata. Chevalier e Gheerbrant esclarecem que o "simbolismo do rio e do fluir de suas águas é, ao mesmo tempo, o da possibilidade universal da fluidez das formas [...], o da fertilidade, da morte e da renovação. O curso das águas é a corrente da vida e da morte" (2009: 780). Este sentido existencial é observável em distintos tempos e espaços e, ainda que não seja possível aprofundar neste contexto os sentidos particulares que o rio assume nas culturas africanas, consideramos que também aqui se trata de uma metáfora poderosa para descrever o curso da vida, tanto num sentido individual, como, sobretudo, num sentido colectivo.

Anthony Stevens destaca a importância do rio na vida das comunidades, pela sua relevância na agricultura, na vida doméstica, na alimentação (através da pesca), e como meio de transporte. Por este facto, os rios foram muitas vezes considerados como sagrados e mesmo divinizados, nas mais diversas culturas e desde tempos ancestrais.

A confluência dos rios para o mar simboliza a união do individual com o absoluto (...), enquanto o curso do rio, desde a origem numa nascente, o desenvolvimento em ribeiro, corrente, rio, e a sua descarga final no oceano, é um símbolo evocativo da vida e morte humanas. O rio é também um obstáculo à migração, algo que tem de ser superado ou transposto para atingir a margem oposta. É igualmente uma fronteira territorial notável, separando uma tribo ou comunidade de

³ No espaço da língua portuguesa, lembramos, a título de exemplo, a narrativa de Mia Couto *Um rio chamado tempo uma casa chamada terra*, *O livro dos rios* de Luandino Vieira ou *Riosco* de Manuel Rui.

outra. Esta divisão permite que ocorra a projecção de sombras, de tal forma que cada comunidade atribui designios maléficos à outra³. (Stevens, 1998: 111)

Retemos, agora, este último sentido apontado por Stevens, para sublinhar que os rios constituem, literal e metaforicamente, fronteiras por excelência: dividem territórios (constituem, frequentemente, fronteiras naturais entre países), mas também possibilitam o encontro, em travessias facilitadas por pontes (outra metáfora usual) ou pela navegação. Na verdade, o conceito de fronteira caracteriza-se pela ambivalência, presente desde logo na noção de limite físico: a fronteira separa espaços, mas só através dessa linha (real ou imaginária) é que se atravessa para o espaço do outro. Se é assim no plano denotativo, o emprego metafórico do conceito de fronteira produz a ambivalência entre separação e união, entre marcação de limites e possibilidade de os cruzar.

Neste contexto, julgamos especialmente pertinente a concepção que Lotman faz da fronteira enquanto "filtro" ou "membrana", pois assim se retém a separação do próprio e do alheio, mantendo a afirmação da porosidade como sua característica fundamental.

A função de qualquer fronteira ou filtro [...] é controlar, filtrar e adaptar o externo ao interno. Esta função invariável é realizada em diferentes modos e em diferentes planos. No plano da semiosfera, implica a separação do "próprio" e do "alheio", a filtragem do que vem do exterior e é tratado como texto em outra língua, e a tradução deste texto na língua de cada um. Deste modo, externo transforma-se em interno. (Lotman, 1990: 140)

A semelhança da membrana que recobre um organismo vivo, a fronteira tem um papel de mediação, permitindo a incorporação do que é externo através de um processo de "tradução" da linguagem do outro para a linguagem do eu. Este modelo deixa claro que a comunicação entre interior e exterior possibilitada pela fronteira não significa a dissolução dos limites; ao mesmo tempo, acentua a ideia de que a integração da alteridade não constitui um mero processo de transferência.

No caso das narrativas que nos propomos analisar, consideramos produtivo olhar para os rios como uma membrana porosa que potencia a comunicação – quer literal quer metaforicamente – entre realidades dis-

³ Esta, como as restantes traduções, são de nossa autoria.

tintas. Trata-se, de certo modo, de uma “zona de contacto”⁴, um *espaço entre*, onde o exterior e o interior não se dissolvem, antes são criadas condições para o contacto, a partilha e as trocas culturais.

A centralidade do rio é assumida por João Paulo Borges Coelho, quando questionado acerca do seu romance de estreia:

O rio é importante, de facto, por ser ele que marca indubitavelmente a vida das comunidades retratadas e porque ele é uma espécie de chave do Moçambique actual, tal como se configura. [...] O rio distingue sistemas de estruturação social, mitos e línguas [...] O rio serviu vários propósitos: traçando uma poderosa fronteira entre dois distintos mundos, “serviu-me” para tratar a questão da guerra. Transformado em veia imensa e pulsante, ajudou-me a perceber que, ao saírem por ele os escravos, saía também o sangue daquela terra. (Borges Coelho, 2010)

A ideia de fronteira está expressa de forma clara, mas num sentido de divisão: o rio separa não só dois espaços (duas margens) mas fundamentalmente duas visões do mundo; é também uma via que permite o exaurir da força humana da terra, pelo transporte dos seus habitantes, tornados escravos. Por outro lado, reconhece-se que é em torno do rio que se estrutura a vida de toda a comunidade.

Tratando-se de um líquido limite, de contornos mutantes e permeáveis – como é próprio das fronteiras –, procuraremos analisar as divisões instauradas e os cruzamentos possíveis, numa leitura atenta ao potencial transgressor e problematizante da escrita de Borges Coelho.

Em *As Duas Sombras do Rio*, a guerra civil moçambicana constitui o pano de fundo no qual se desenvolve a história de Leónidas Ntsato, um homem dividido desde a nascença entre o mundo da cobra e do leão, a água e o fogo, o norte e o sul. A geografia assume uma grande importância no romance, desde logo denunciada pela presença, antes do início da

⁴ Apropriamo-nos do conhecido conceito de Mary Louise Pratt (1992: 6), que introduz a noção de *zona de contacto* para descrever as interações entre colonizadores e colonizados, no âmbito das suas reflexões sobre literatura de viagens e transculturalidade. Pratt acentua que estes encontros envolvem condições de profunda desigualdade, coerção e conflito, o que se revela fundamental na análise das relações de poder inerentes às trocas culturais. Boaventura de Sousa Santos retoma este conceito, referindo que na acepção introduzida por Pratt parece implicar-se que o encontro se faz sempre entre totalidades culturais, mas não tem de ser necessariamente assim, uma vez que o contacto pode restringir-se a diferenças específicas e parciais (Santos, 2002: 268 e seguintes).

narrativa, de um mapa da região do Zumbo, na margem norte do rio Zambeze, na província de Tete. Este mapa alerta o leitor para a relevância da topografia na compreensão da narrativa, algo que será reforçado pela profusão de referências espaciais, relacionadas com as aldeias, o rio, a ilha e toda a zona envolvente. O Zumbo ocupa, na ficção de Borges Coelho, um espaço privilegiado, não apenas por razões biográficas⁵, mas sobretudo, como esclarece o próprio escritor, por se tratar de “uma espécie de fim de mundo” (Coelho, 2006), um lugar remoto e isolado, onde as pessoas não têm a capacidade de se fazer ouvir.

Rita Chaves chama a atenção para o facto de existir, por parte do autor, “o desejo de fazer da literatura um espaço de conhecimento e interpretação da realidade com que se depara” (2008: 189) e daí uma certa “obsessão descritiva” que se detém, com minúcia, nas paisagens, nos lugares, nos distintos elementos que transmitem a especificidade de um espaço que é simultaneamente físico e cultural. Na verdade, como salienta Bill Ashcroft, na literatura pós-colonial o espaço tem um papel de enorme relevância e transcende a mera localização geográfica.

O espaço nunca é simplesmente um lugar, nem é estático, uma memória cultural que a colonização enterra. Na verdade, tal como a própria cultura, o espaço encontra-se num estado de formação contínuo e dinâmico, um processo intimamente ligado com a cultura e a identidade dos seus habitantes. Acima de tudo, o espaço é o *resultado* da habitação, uma consequência dos modos como as pessoas habitam o espaço, particularmente aquela concepção do espaço como universal e incontestável que é construído para elas pelo discurso imperial. (Ashcroft, 2001:156)

O espaço cultural que o Zumbo representa encontra-se intimamente ligado ao tempo histórico, pois nele se costumam duas dimensões complementares: desde logo, o passado e a tradição, pois trata-se de uma região antiquíssima, repositório de uma ancestralidade que o texto literário pretende valorizar e dignificar; e o presente, marcado pela imposição do modelo exógeno das aldeias comunais, com regras e lógicas importadas⁶. Em

⁵ Além de o escritor ter passado parte da sua infância na província de Tete, visitou muitas vezes o Zumbo por motivos profissionais.

⁶ Explica Alice Cruz que “as aldeias comunais [...] foram criadas a partir de 1977, originando deslocamentos maciços das comunidades rurais e uma subsequente intensificação da concentração populacional, tendo constituído um dos pilares da es-

ambas as dimensões, um mesmo denominador – a violência que se propaga de fora para dentro, primeiro com o colonialismo e a escravização de uma parte da população; depois com a guerra civil, que devassou estes territórios.

Deste modo, a centralidade do rio que logo no título do romance se anuncia desenvolve-se na cristalização dos sentidos que este permite, ao constituir um “reservatório para a memória, espelhando a história de Moçambique” (Cruz, 2008: 201). A grandeza do Zambeze é bem sintetizada por Alice Cruz:

Com 2,750 km de comprimento, este rio sutura a Zâmbia, Angola e Moçambique, rasgando na sua passagem o interior moçambicano, ao dividir o Norte matrilinear, com uma forte influência árabe, lugar da grande cobra M'bona, do Sul patrilinear, domínio do leão M'phondoro. No seu curso foi escavada a represa de Cahora Bassa, projecto colonial, consolidado após a independência, que deslocou as populações, provocando uma profunda alteração ecológica na região e afastando, mais ainda, as margens do rio. (2008: 201)

À sombra do rio, desenvolve-se o quotidiano das populações, num difícil equilíbrio entre os modos tradicionais e a imposição de um modelo comunitário alheio às raízes do povo. A história começa quando o protagonista, Leónidas Ntsato, se encontra na ilha de Cacessemo, no rio Zambeze, e troca as horizontalidades (as margens do rio) pelas verticalidades (por estar deitado com a cabeça na areia). O brilho do rio, convertido numa “gigantesca cobra reluzente e silenciosa contorcendo-se à flor da água”, deixa-o tonto e assustado – é a “grande cobra do M'bona, a origem do mundo e de todas as coisas” (12). Ao desviar o olhar para a margem, entrevê, a sul, “gigantescas bocas de leão, muito abertas” e ouve “o som cavo do seu rugido, entoado em unísono” (12-13); para depois desmaiar, ficando num estado liminar entre a morte e a vida, incapaz de conciliar em si as duas sombras que tão inesperadamente o assolaram.

Consultada a enfermeira Inês no posto médico da aldeia, esta não adianta qualquer explicação para o estado desacordado do protagonista, limitando-se a confirmar que está vivo. É então que a racionalidade da medicina ocidental é substituída pelas crenças tradicionais e a sentença surge pela boca do *nganga* Gomanhundo, que diagnostica em Leónidas a simultanei-

tratégia de desenvolvimento desenhada pela Frelimo, introduzindo formas colectivas de produção” (2008: 199).

dade do discurso do Sul – a força do leão, o macho e a terra – e das falas do Norte – a sabedoria das mulheres, a cobra e a calma das águas profundas. O problema, sentença o feiticeiro, não está em cada um dos discursos, mas no facto de estarem juntos: “Não podemos ter o fogo e a água ao mesmo tempo. São inimigos, não se entendem. Por isso esta grande perturbação do teu marido: tem dois inimigos mortais dentro de si” (Borges Coelho, 2003: 37).

Neste conflito, o rio constitui uma zona fronteira para onde Leónidas foge, pois, como explica o feiticeiro, “o rio é a fronteira entre os dois poderes que lutam dentro dele. É ali que começa um e acaba o outro, ali acaba o norte e começa o sul. É ali que ele se sente bem, na arena neutra desse grande combate” (Borges Coelho, 2003: 38). Como um *entre-espaço* pacificador, o rio abre a possibilidade da conciliação das diferenças, culturais ou físicas.

Embora num contexto distinto, Salman Rushdie, ao reflectir sobre o papel das fronteiras territoriais no mundo contemporâneo, enuncia de forma bastante contundente os desafios destes espaços liminares, onde as diferenças ganham visibilidade:

A fronteira é um alerta. Na fronteira não conseguimos evitar a verdade; as camadas confortantes do quotidiano, que nos isolam das realidades mais duras do mundo, são removidas e, de olhos abertos na dura luz fluorescente das salas sem janelas da fronteira, vemos as coisas como elas são. A fronteira é a prova física do eu dividido da raça humana. (Rushdie, 2002: 79)

A imagem de si depende do reconhecimento do outro e constrói-se nesse confronto com a alteridade, sendo que, no romance em análise, esse confronto é textualizado através da verticalização do rio, na passagem anteriormente apresentada, subscrevemos as palavras de António Sousa Ribeiro, quando afirma que “construir o Outro [...] implica construir a fronteira que dele me separa – a fronteira começa por ser antes do mais a linha imaginária sobre a qual se projecta a noção de diferença e a partir da qual se torna possível a afirmação da identidade” (2001: 468). Deste modo, a diferença deixa de ser uma barreira que me separa irremediavelmente do outro e passa a ser entendida como condição de redefinição identitária, ao permitir a mútua fecundação entre o mesmo e o alheio.

Este sentido regenerador e criativo da zona de contacto, enquanto espaço possibilitador do encontro cultural, desenvolve-se de forma subterrânea em *As Duas Sombras do Rio*, pois de início o que sobressai é a divisão e inviabilidade do encontro. Tal acontece devido à perda de uma memória histórica que permita respeitar o *continuum* cultural do povo moçambicano, ameaçado que foi, primeiro pelo colonialismo, e depois da

independência pela imposição de uma visão dicotómica, niveladora das diferenças individuais, grupais e étnicas.

Assim, quando Leónidas, vencendo o torpor, se decide a ir ter com o administrador do Zumbo, tem a intenção de converter o conflito interior em que se encontra mergulhado em fonte de esperança para o seu povo:

– O problema, camarada, não são os espíritos a chocar uns com os outros. O problema é que não há ninguém para me ouvir, para ouvir o que os espíritos querem dizer. Todos se riem de mim. E no entanto eu tenho muita coisa a dizer sobre o mau caminho para onde Moçambique está a ser levado, um caminho que só traz miséria e desgraça. Por isso, como não tenho povo que me ouça aqui, descobri que o meu povo é o povo moçambicano inteiro. (48)

Porém, o pescador encontra na administração da sua terra um “estrangeiro”, que não respeita os espíritos da terra e que é incapaz de compreender a herança cultural do povo. De resto, mesmo este último, como afirma Leónidas, perdeu a capacidade de ouvir a voz da sua ancestralidade, recusando a diversidade de que foram feitas as comunidades ao longo dos tempos e nas mais difíceis condições históricas.

A narrativa desenvolve-se então em torno dos conflitos suscitados pela guerra civil, num longo cortejo de violência e destruição que inclui a retirada do Zumbo, atravessando o rio em direcção a sul, uns para território estrangeiro, outros para a ainda moçambicana Bawa. As incursões feitas a um passado mais remoto – segunda metade do século XIX – estabelecem a continuidade de um processo histórico cuja memória tem de ser resgatada, face a uma terra que continuamente se esvazia e onde se está sempre em fuga: da guerra, da fome, da ausência de futuro.

Assim, o despovoamento das aldeias acentua a desigualdade e acelera o processo de perda da identidade. No acto de atravessar o rio, concretiza-se a perda de referências espaciais e, por consequência, culturais, vivida pelos habitantes, agora convertidos ao dúbio estatuto de refugiados. Por outro lado, são muitos os que morrem na travessia, pelo que o rio assume uma significação conotada com a morte, real ou simbólica, de uma parte da nação moçambicana. Importa não esquecer, a este propósito, que o mesmo rio tinha sido já facilitador da sangria escravagista em séculos passados que o romance também evoca.⁷

⁷ “O Zambeze é uma larga e majestosa fita de prata que separa a terra do céu. Uma grande cobra que vem de Angola e corre para o mar, para o fim do mundo. Da boca

O rio Zambeze transporta, pois, a marca da violência deixada por séculos de dominação colonial – a construção da barragem de Cahora Bassa é igualmente referida, mencionando-se os efeitos negativos sobre as populações, tanto pelas machambas perdidas e pelos santuários desfeitos, sem como pela separação definitiva dos habitantes de ambas as margens, sem pontes que as unissem (260). A independência, porém, não trouxe a pacificação, antes novas formas de conflito e erosão social, como a narrativa abundantemente representa. Haverá lugar para a esperança, num contexto de desolação, perdida a utopia do “homem novo” e da nação igualitária? A resposta é sugerida na parte final do romance, quando as populações em fuga encontram na ilha de Cacemesso um tempo-espaço que lhes traz, por fim, a pacificação desejada:

Nas duas ocasiões, tanto quando mergulha como quando se põe a voar, a ilha de Cacemesso mantém-se no meio do rio, na exacta fronteira entre o norte e o sul, descobrindo para fugir à tragédia um original equilíbrio entre o rugido do leão que vem de baixo e o silvo agudo da cobra que lhe chega do norte. Entre o vermelho-vivo da queimada que destrói para que possa haver recomeço e o azul da chuva que traz o segredo e a sabedoria desse recomeço. Será que a queimada se extingue antes que a natureza chegue ao fim e nada mais haja para arder? Será que a chuva vem para a germinar?

E assim, enquanto Nisato, algures, procurava com tanto afincamento um equilíbrio, foram os seus familiares e vizinhos que pelos insondáveis caminhos do acaso acabaram por o achar. (251)

A representação da ilha aponta para a ultrapassagem das dicotomias que afectam a nação moçambicana, retida num impasse provocado pela ausência de pontes entre o presente e o passado, o mesmo e o diverso, o eu e o outro. Como refere Alice Cruz, “o dilema de Nisato é o dilema enfrentado pelo seu próprio povo. É a condição liminar do primeiro, desenhada por sucessivas fracturas e deslocamentos” (2008: 211). Também Carmen Tindó Secco interpreta a “loucura” de Leónidas como “uma grande recusa alegórica, como uma manifestação a contrapelo da história oficial que, desde o passado colonial até a sangrenta guerra civil, afogara

dessa cobra gerações e gerações de antepassados se despediram desta vida e penetraram nas brumas do além amarrados uns aos outros e ainda bem, porque dessa forma, muito juntos nos porões escuros dos barcos, ficava pouco espaço para os seus medos e os seus terrores” (210).

mitos e episódios históricos do território do Zumbo e das margens do Zambeze”. Assim, “elegendo a ‘terceira margem do rio’, a personagem dá primazia aos sentidos poéticos da existência, em categórico repúdio à violência e à opressão vivenciadas por aquela região moçambicana, metonímia de todo o país” (Secco, 2009: 128-9).

O equilíbrio reencontra-se pela integração dos contrários num espaço intersticial, que é possível *habitar*, ao contrário das aldeias situadas em ambas as margens do rio, esmagadas por uma força totalizadora que aniquila as diferenças intersubjectivas. Trata-se, portanto, de um recomeço que se anuncia na narrativa como uma esperança – um projecto utópico a construir no devir das comunidades.

Passando para *Campo de Trânsito* (2007), começamos por sublinhar que neste romance o rio ocupa um papel secundário na representação do espaço, ao contrário de *As Duas Margens do Rio*. No entanto, julgamos não ser despidendo a opção narrativa de incluir um rio – veremos em que termos – numa narrativa fortemente marcada pela importância do *lugar*, tal como o romance que anteriormente analisámos.

A acção desenvolve-se, como o título sugere, em torno das vivências do protagonista, J. Mungau, num campo de trânsito, para onde é levado a meio da noite, sem que nunca venha a conhecer as razões da detenção. Sendo fácil associar a narrativa a uma crítica dos campos de reeducação criados no Moçambique pós-independência, o autor previne quanto à necessidade de evitar uma leitura tão linear:

O *Campo de Trânsito* flerta [sic] com a realidade dos campos de reeducação do nosso passado socialista, mas, desde o princípio, que visava a algo mais geral. Num certo sentido, é mais abstracto que os livros anteriores e procura colocar algumas questões relativas ao absurdo na nossa civilização global. (Borges Coelho, 2010)

Convergindo com este propósito, a referencialidade instituída na obra desvincula-se de uma ligação estrita à realidade moçambicana, procurando registos neutros que abarquem, como refere o escritor, a civilização global. É assim que, por exemplo, encontramos *horta* em vez de *machambas* e *frigorífico* em vez de *geladeira*, ou observamos que a mulher do professor planta couves e espargos em vez de milho. Estão também ausentes referências toponímicas e, embora o espaço seja minuciosamente descrito, não existem alusões que remetam para uma geografia identificável. Como bem aponta Fátima Mendonça, “o efeito produzido é de ocultação e não de revelação” (2007) e, ainda que a realidade dos campos de reedu-

cação tenha sido inspiradora para a criação de ambientes e a descrição de rotinas, o romance persegue um contexto mais geral, permitindo analogias com contextos diversos. Assim, continua a ensaísta,

Com fragmentos da História (re)institui um cenário ficcionado, onde cabem todas as situações possíveis de confronto e aliança entre os aparelhos de um Estado totalitário – no romance representados pelo Director, o Bexigoso e o Professor e os resíduos da organização social que o precedeu – representado pelo Chefe da aldeia e o agente duplo que descobrimos ser o Vendedor de chá. Estado totalitário em que a massificação – traduzida na uniformização das categorias dos prisioneiros de cada um dos campos – reduz os indivíduos a um colectivo de onde se vai ausentando a marca do humano. (Mendonça, 2007)

Reforçando o efeito de despersonalização, nenhuma personagem possui nome próprio, à excepção do protagonista: ou são prisioneiros, identificados por números, ou são nomeados pelas funções que ocupam (Chefe da Aldeia, Professor, Director), ou por uma característica distintiva (Mulher do Professor, Garça, Bexigoso). A possibilidade da afirmação individual – ideia central em *Campo de Trânsito* – fica, assim, ainda mais ameaçada, pois nos espaços representados apenas há lugar para o colectivo a uma só voz, de uma só cor, com um só sentido. Neste contexto, o rio e as suas margens configuram uma fronteira onde se permite esboçar a individualidade, ou pelo menos uma possibilidade – ainda que débil – de resistência à massificação. O tempo passado junto ao rio permite um intervalo no ambiente concentracionário do campo, uma margem, ainda que limitada, para a auto-determinação dos indivíduos. É para lá que Mungau se dirige quando não tem mais para onde ir (141); é o rio que lhe transmite alguma calma, na insanidade do campo e das suas lógicas – “Precisa de chegar junto da rocha, na margem do rio, e de encontrar as coisas dispostas da maneira de sempre: aqui uma grande pedra, ao lado o rio, depois uma raquítica horta e ao fundo o mato” (142).

A primeira referência ao rio surge poucos dias depois da chegada de Mungau ao Campo de Trânsito, quando decide seguir alguns prisioneiros (84). O protagonista descobre, então, que junto ao rio dois grupos de prisioneiros – os menos miseráveis e indolentes – cultivavam cada um a sua horta, com os escassos recursos de que dispunham; uma outra horta, mais pequena e distante, era trabalhada de forma solitária pela Mulher do Professor. Com a mão direita em pinça, só com o indicador e o polegar, esta personagem intriga o protagonista, incapaz de compreender o seu esforço incessante no trabalho da terra, o silêncio ambíguo, a submissão a

um marido – comenta-se entre os prisioneiros – capaz das maiores violências contra ela.

É também na margem do rio que decorre a aula do Professor, destinada a instruir os prisioneiros quanto às virtudes da colectividade, face à doença da individualidade. Contra Mungau, que considera que “a colectividade é um corpo só, um corpo que resulta da união das várias singularidades” (75), insurge-se o prisioneiro 13.2, esclarecendo que “uma união simples de singularidades só poderia resultar numa singularidade que, embora maior, continuaria a ser também ela limitada”. A chave estaria, então, na ideia de transformação – “uma colectividade é, isso sim, uma união de colectividades *transformadas!*” (76). Para ilustrar a importância da colectividade, o Professor compara a horta do grupo do prisioneiro 13.2 com a horta da sua mulher, expondo o vigor da primeira, em contraste com a pobreza da segunda. A lição a retirar é, para ele, muito clara: “vale a pena tanta obstinação individual? Tanto excesso, digamos assim, de singularidade? Vale a pena desafirmos sozinhos a natureza?” (77).

A estas perguntas, o coro de alunos responde que não, mas a narrativa sugere outra resposta, ao colocar nas mãos da Mulher do Professor – aquela que aparentemente não tem voz nem poder – um acto que transformará a vida do campo: o assassinio do Director, depois de ele a ter violentado quando trabalhava na horta. Segundo cremos, a Mulher do Professor representa o potencial de resistência que ainda é possível conservar, apesar de toda a violência física e psicológica que é exercida sobre ela e, por extensão metonímica, sobre o povo moçambicano. A capacidade de reagir é testemunhada por esta mulher subalterna⁸ que toma nas mãos o seu próprio destino, quando nada fazia prever que tivesse capacidade para tal.

No fim do romance, assiste-se à dissolução da organização totalitária distribuída pelos três campos – o Velho, o Novo e o de Tránsito. Os prisioneiros dos dois primeiros campos revoltam-se e ameaçam invadir o terceiro, que perdeu entretanto a sua liderança. No meio do caos entrevisto, e para o qual não parece haver outra saída senão a imposição de uma nova ordem absoluta, o rio mantém o capital de esperança:

Ao fundo, junto à margem do rio, as duas hortas, abandonadas, tocam já finalmente uma na outra. Semicerrando os olhos, Mungau consegue

⁸ Pensamos aqui no conceito de subalteridade proposto por Spivak (1994) e na discussão sobre a capacidade de a mulher subalterna ter voz.

ainda ver uma minúscula horta mais distante onde um vulto inclinado trabalha com afinco, como se todo o trabalho que há a fazer tivesse de ser feito hoje. Como se amanhã já fosse tarde. Um vulto que enterra a enxada no chão com a mesma convicção com que se enterra uma faca afiada num macio peito. (195)

A resistência da Mulher do Professor, no anonimato e no silêncio, é uma pedra no caminho do totalitarismo, assim como a posição crítica de Mungau, que não abdica até ao fim de lutar contra o absurdo de uma acusação sem nome. Sendo o campo de reeducação a “metonímia de uma nação a construir-se numa bifurcação perigosa e nebulosa para os seus cidadãos”, como refere Sheila Khan (2008: 141), o rio poderá constituir um *entre espaço* de interrogação onde os encontros, apesar de todos os sinais negativos, se podem ainda iniciar.

Numa sentença que resume muito do que procurámos fundamentar ao longo deste texto, João Paulo Borges Coelho afirma que “quantos mais elementos se tem, mais específico se é” (2010). A diversidade funda a diferença – uma diferença produtiva e fecundadora –, à semelhança da membrana que permite a comunicação, para que o encontro se faça sem tentações homogeneizadoras. Como líquidas fronteiras, os rios espraiam-se nas terras remotas de Moçambique, lembrando que aqueles que foram caminhos da guerra e da violência podem vir a ser as vias de uma pacificação com a memória histórica e os processos políticos da nação contemporânea.

Coelho, João Paulo Borges (2003), *As Duas Sombras do Rio*, Lisboa, Caminho.

— (2006), “Entrevista a João Paulo Borges Coelho”, in *Notícias de Maputo*, 15 de Agosto.

— (2007), *Campo de Tránsito*, Lisboa, Caminho.

Ashcroft, Bill (2001), *Post-Colonial Transformation*, London and New York, Routledge.

Brugioni, Elena (2010), “A literatura e o léxico da pós-colonialidade. Uma conversa com João Paulo Borges Coelho”, in *Diacrítica. Dossier Literatura Comparada*, Húmus/Universidade do Minho, pp. 427-446.

Chaves, Rita (2008), “Notas sobre a Ficção e a História em João Paulo Borges Coelho”, in Margarida Calafate Ribeiro e Maria Paula Meneses (org.), *Moçambique: das palavras escritas*, Porto, Afrontamento, pp. 187-198.

- Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain (2009), *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, Rio de Janeiro, José Olympio, 11ª ed.
- Cruz, Alice (2008), "Entre a Evidência e a Verdade: nos interstícios da experiência e da memória com *As Duas Sombras do Rio*, de João Paulo Borges Coelho", in Margarida Calafate Ribeiro e Maria Paula Meneses (org.), *Moçambique: das palavras escritas*, Porto, Afrontamento, pp. 199-214.
- Khan, Sheila (2008), "Narrativas, rostos e manifestações do pós-colonialismo moçambicano nos romances de João Paulo Borges Coelho", *Gravata*, revista do Instituto de Letras da UFF, n.º 24, pp. 131-144.
- Lotman, Yuri M. (1990), *Universe of the Mind*, London/New York, I. B. Tauris & Co. Ltd Publishers.
- Mendonça, Fátima (2007), "Ovídio e Kafka nas margens do Lúrio", disponível em: <http://ma-schamba.com/literatura-mocambique/1959/> [consultado em: Junho 2011].
- Pratt, Mary Louise (1992), *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, London, Routledge.
- Ribeiro, António Sousa (2001), "A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização. Fatalidade ou Utopia*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 463-488.
- Rushdie, Salman (2002), *Step Across This Line*, The Tanner Lectures on Human Values, Delivered at Yale University, February 25 and 26, disponível em: http://www.tannerlectures.utah.edu/lectures/volume24/rushdie_2002.pdf, [consultado em Novembro 2011].
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 63, pp. 237-280.
- Secco, Carmen Lúcia Tindó (2009), "O corpo moçambicano cindido: história, mito e ficção em *As Duas Sombras do Rio*, de João Paulo Borges Coelho", *Via Atlântica*, n.º 16, pp. 119-30.
- (2010), "Entrevista a João Paulo Borges Coelho", disponível em: <http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/entrevista-a-joao-paulo-borges-coelho>, [consultado em: Junho 2011]. Originalmente publicado em *Motomorfoses*, n.º 10, Revista da Cátedra Jorge de Sena para Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Editora Caminho e UFRJ, com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.
- Spivak, Gayatri Chakravorty (1994), "Can the Subaltern Speak?" in Patrick Williams e Laura Chrisman (eds.), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory. A Reader*, Harlow, Longman, pp. 66-111.
- Stevens, Anthony (1998), *Ariadne's Clue: a guide to the symbols of human*